

Múltiplos significados para um condicionante etnoambiental: a ressignificação do próprio estudo¹

Multiple Meanings of indigenous and environmental constraints: reframing the goals and products of the anthropological report

Ronaldo Lobão

Doutor em Antropologia pela Universidade de Brasília (2006). Professor do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito PPGSD, da Universidade Federal Fluminense. É pesquisador do InEAC - UFF

Resumo

Neste artigo descrevo e posiciono teoricamente a atuação de uma equipe multidisciplinar em um Estudo de Componente Indígena (ECI) decorrente de uma condicionante interposta pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) à Licença de Instalação do Gasoduto Cacimbas (ES) – Catu (BA). A área de estudo correspondeu à interface entre os limites identificados para a Terra Indígena Pataxó de Barra Velha do Monte Pascoal e o empreendimento da Petrobrás no trecho no município de Itamaraju (BA). Não ser especialista no grupo estudado implicou na tomada de algumas decisões metodológicas, que provocaram desdobramentos, nem sempre tão metodológicos assim. Ter como ponto de partida o estudo de identificação de novos limites para a TI Pataxó elaborado por técnicos do órgão gestor – a Funai, no caso – implicou em atuar na direção de reposicionar os atores envolvidos, o povo pataxó, os representantes da empresa – em diversos níveis, dos gerentes até os diversos níveis de execução da obra –, os técnicos da FUNAI frente à equipe responsável pelo ECI. No processo de construção dos elementos de uma relação gasoduto / terra indígena / povo pataxó e suas significações, construiu-se uma relação positiva – que apareceu na fala das lideranças pataxó em vários momentos –, cujos desdobramentos ficaram em aberto, em função de processos de meso escala, como os condicionantes do STF na decisão sobre a TIRSS e a criação na Advocacia Geral da União (AGU) de uma Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal. O objetivo do artigo é discutir as condições de possibilidade de aplicação

¹ Versão preliminar deste artigo foi apresentada na 27ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de agosto de 2010, Belém, Pará, Brasil, GT 07. Agradeço aos integrantes do GT os comentários e sugestões, mas me responsabilizo pelas posições aqui apresentadas. Apesar deste artigo ser resultado de um trabalho em equipe, assumo também a responsabilidade pelas posições aqui adotadas.

de uma metodologia de ressignificação do papel dos atores e dos termos de um conflito intratável: a revisão dos limites da TIBV do Monte Pascoal.

Palavras Chave: Licenciamento Ambiental; Conflitos Intratáveis; Ressignificação

Abstract

In this article I describe and discuss theoretically the work of a multidisciplinary team in an Indigenous Component Report (ECI) within the licensing process of a gas pipeline linking Cacimbas in Espírito Santo State to the city of Catu in the State of Bahia, 2.000 kilometers away. This report was framed by National Indian Foundation (FUNAI) and was to be sent to the Brazilian Environmental Agency (IBAMA) in order to obtain necessary environmental licenses. The study area was the interface between the limits of a new perimeter for the Indigenous Lands of Pataxó People from Barra Velha do Monte Pascoal (TIBV Monte Pascoal) and the venture of Petrobras, along Itamaraju City surroundings. Not being an expert in this indigenous group led to some methodological decisions that made way to several developments, not in all cases in methodological level. The bases for the study were the Official Report, from FUNAI, regarding the new definition for Pataxó lands, and the Environmental Impact Study (EIA/RIMA). The quest for a new way of relationship between entrepreneurs, traditional peoples, government agents and others stakeholders was aimed through a reframing of significations of the pipeline, the impacts, the environmental and social responsibility of the entrepreneur, Pataxó lands and the ECI itself. The anthropological team was able to build a positive relationship - which appeared in the speech of Pataxó leaders at various times. Nevertheless, these developments were still not fulfilled, due to meso scale constraints, such as the conditionings of the Supreme Federal Court (STF) to the exercise of cultural rights by indigenous peoples in the first place. These constraints were followed by the Attorney General of the Union (AGU) and a Board of Conciliation and Arbitration of the Federal Administration, which decided that the revision of Pataxó's traditional lands was not possible. The aim of the paper is to discuss the conditions of applicability of a methodology that shifted the ECI from the impacts of the pipeline towards the reframing of the role of actors and the meanings of an intractable conflict: the revision of the limits of TIBV Monte Pascoal.

Keywords: Environment Licensing; Intractable Conflicts; Reframing

INTRODUÇÃO

O Estudo do Componente Indígena² sobre os impactos do Gasoduto Cacimbas/ES-Catu/BA (GASCAC) foi solicitado em um Termo de Referência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) – para complementação ao Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA – quanto ao Componente Indígena. O objetivo foi identificar possíveis impactos da construção do GASCAC sobre a Terra Indígena de Barra Velha do Monte Pascoal (TIBVMP) e sobre o modo de vida e a cultura Pataxó nas aldeias existentes no interior dessa Terra Indígena. Como a resposta foi positiva, haveria impactos, o estudo sugeriu algumas medidas mitigadoras de ação imediata, para em seguida indicar caminhos possíveis para a segunda etapa do estudo, que dizia respeito, inicialmente, a um programa de medidas compensatórias.

Devo destacar que, quando da elaboração e aprovação do EIA/RIMA e concessão da Licença Prévia do empreendimento, tanto a Terra Indígena Barra Velha e o Parque Nacional do Monte Pascoal estavam fora da Área Diretamente Afetada (faixa de 20 metros onde a tubulação estará enterrada – ADA), da Área de Influência Direta (faixa de 400 metros – AID) e da Área de Influência Indireta (faixa de cinco quilômetros – AII). Entretanto, várias aldeias Pataxó existentes na região deveriam ter sido consideradas no Estudo de Impacto Ambiental, o que não ocorreu.

Uma delas, a aldeia Trevo do Parque, foi retomada em 1970 por um grupo Pataxó que veio da aldeia Barra Velha e está desde 1990 na localização atual – que se encontra na AAI do GASCAC. A aldeia Guaxuma, localizada na beira da BR 101, é fruto de do mesmo movimento pelos Pataxó que vieram da aldeia Boca da Mata em 2000. A aldeia Pé do Monte foi formada pelos Pataxó em 1999 e está localizada junto à guarita do Parque Nacional do Monte Pascoal.

Através de uma perspectiva etnográfica procurou-se avaliar os possíveis impactos das obras do gasoduto na vida, no cotidiano, no território e no futuro dos Pataxó em função das especificidades culturais, ambientais, econô-

² Adoto a terminologia atual de Estudo do Componente Indígena, apesar de quando o estudo foi feito, a nomenclatura adotada pela FUNAI à época era Estudo Etnoecológico.

micas, políticas, jurídicas e cosmológicas do grupo. Isto significou registrar, nas quinze aldeias que integram a Terra Indígena de Barra Velha, os regimes de governança local, formas locais de administração de conflitos, os circuitos econômicos de produção e circulação de riquezas, as relações com o espaço e a natureza local, focadas nas perspectivas da *topophilia* (Tuan, 1977; 1990) e do saber local (Geertz, 1999).

Esses elementos permitiram que fosse construída a avaliação da vulnerabilidade da Terra Indígena (TI) em função de critérios de sustentabilidade da gestão ambiental de Terras Indígenas, como os já utilizados na análise da sobreposição Parque Nacional do Monte Roraima e a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, a saber:

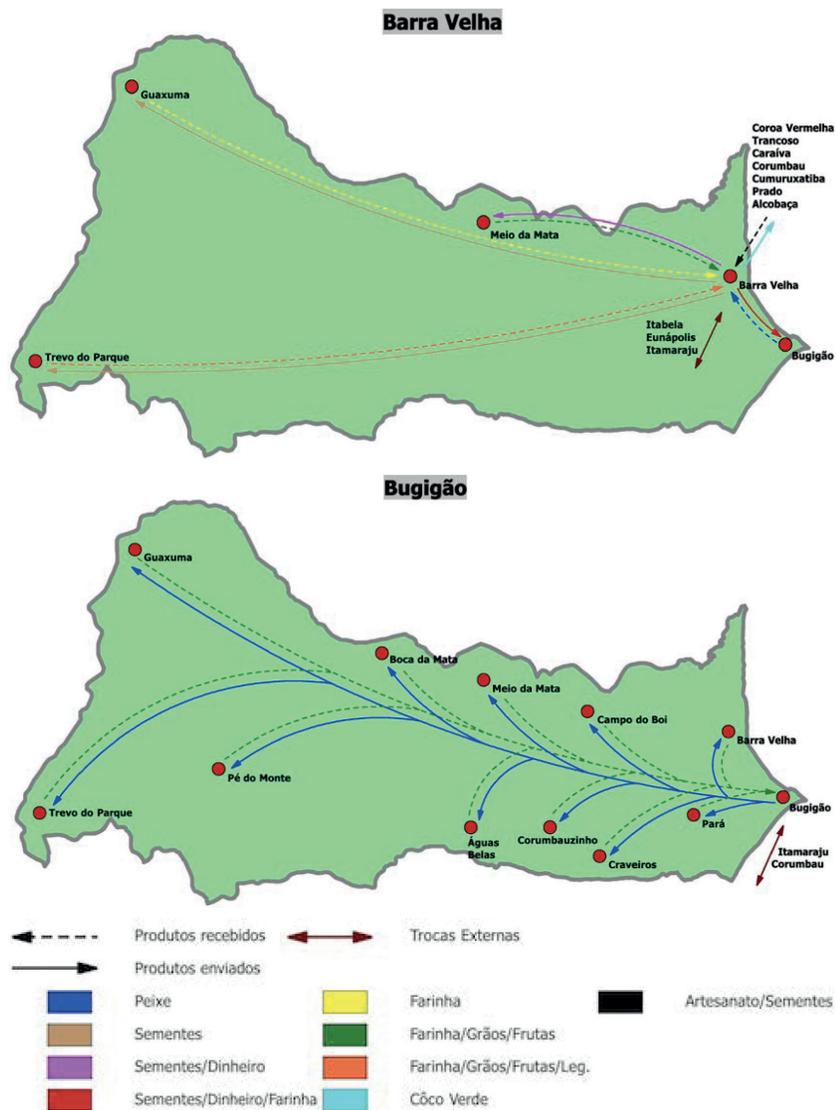
- “Auto-organização e não interferência externa;
- Fronteiras claras [e fluxos através seus limites] – internas e externas;
 - Critérios de pertencimento claros [e mecanismos de acionamento de relacionamento intra-aldeias] (novos ingressos, mobilidade entre as aldeias e com o exterior);
 - Pluralismo jurídico [considerado não somente o que existe entre o grupo e o direito positivo do Estado brasileiro, mas também o existente entre as diversas aldeias];
 - Uso dos recursos e espaços naturais;
 - Incorporação de novas sensibilidades jurídicas;
 - Mecanismos de fazer cumprir regras acordadas;
 - Sistemas de governança política e econômica;
 - Administração de conflitos autônoma;
 - Sistema de representação e organização interna e externa, nas dimensões local, regional e nacional.” (Lauriola, 2007)

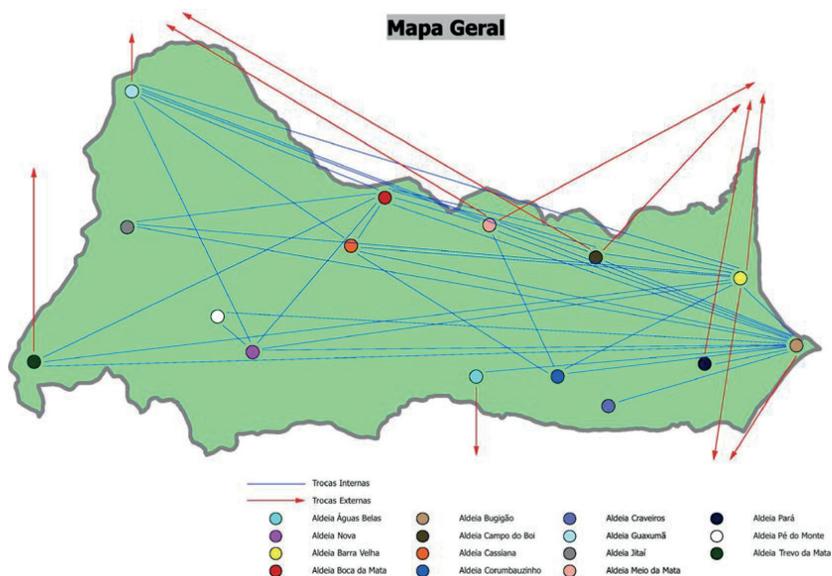
O ponto de entrada na trajetória das aldeias Pataxó da região foi o Relatório Circunstanciado de Revisão de Limites da Terra Indígena Barra Velha de Monte Pascoal, elaborado por Leila Sotto-Maior (2007). O fio condutor foi a busca da identificação dos reflexos, nos dias de hoje, da trajetória de relacio-

namento do Estado e outros atores da sociedade nacional com os índios Pataxó e a necessidade de potencializar a inflexão nessa relação, ocorrida após o reconhecimento dos direitos territoriais e culturais dos Pataxó sobre o Território Indígena de Barra Velha. Essa inflexão poderá colocar os Pataxó na centralidade das decisões sobre os destinos de seu grupo e de sua cultura e propiciar os elementos para a construção de um relacionamento mais harmonioso com a sociedade nacional.

A metodologia dos trabalhos em cada aldeia, acertada com os Pataxó em reunião que contou com a presença de representantes da FUNAI, do empreendedor, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), foi distribuída em quatro momentos. O primeiro correspondia a uma apresentação do gasoduto, de como a obra fora projetada e como se insere no quadro do discurso do “desenvolvimento econômico do país” um empreendimento deste porte. Os caciques e lideranças cumpriram um papel fundamental na facilitação da dialogia e da compreensão, uma vez que já haviam assistido duas outras apresentações sobre o gasoduto. No segundo momento foram elaborados os mapas de circulação de bens e serviços no interior da TI e com o exterior assim como os mapas de recursos naturais no entorno das aldeias. Esses mapas foram desenhados em papel manteiga aplicado sobre o mapa com o novo desenho da TI. Ao final, os mapas foram padronizados e superpostos, para apresentar o fluxo de trocas internas e externas à TIBVMP. Alguns exemplos estão apresentados a seguir.

Fig. 1: Mapas do ciclo de trocas de algumas aldeias e o geral da TIB-VMP (Fonte: ECI TIBVMP)



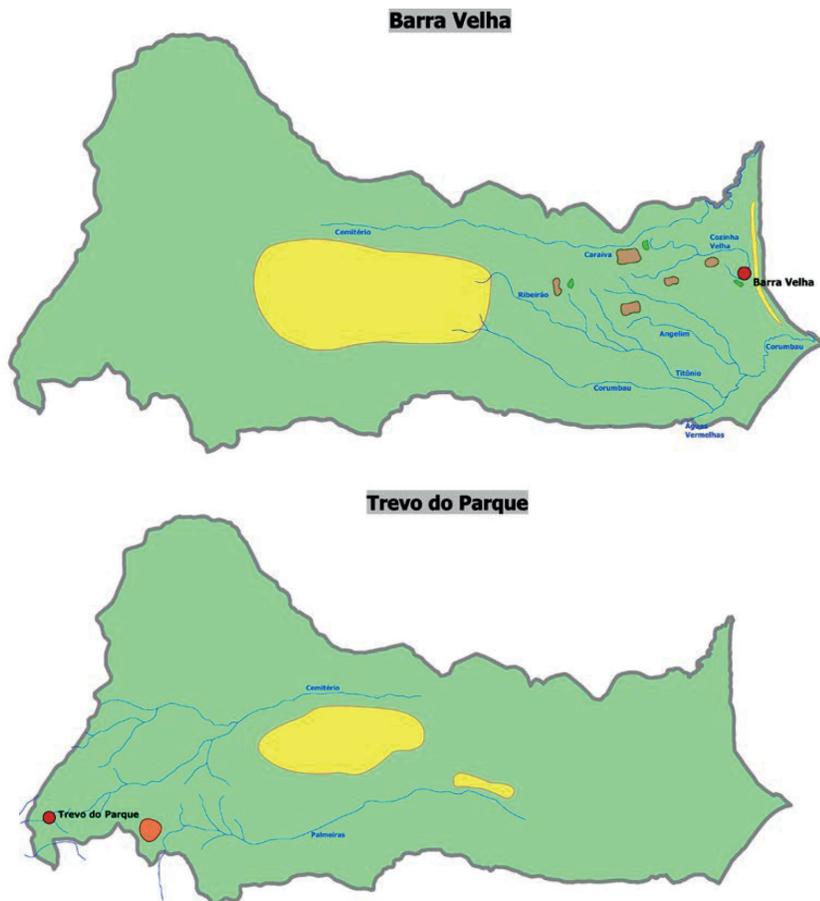


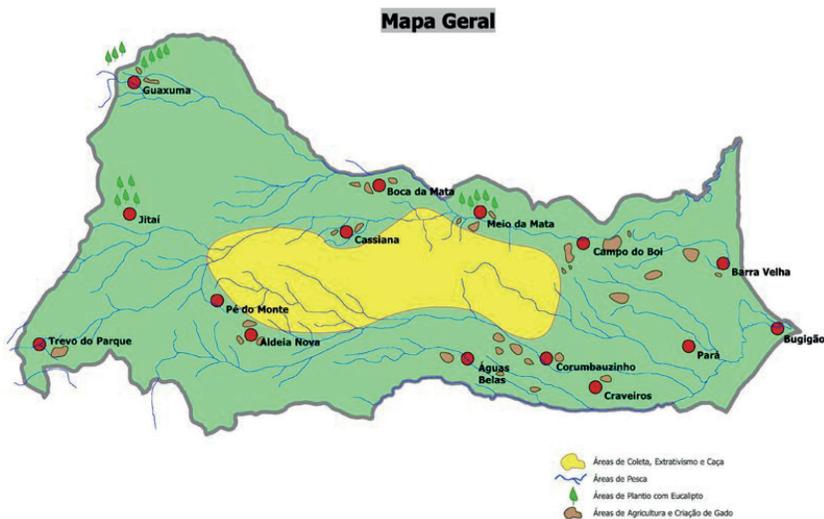
O terceiro momento correspondeu à elaboração dos mapas mentais – o que não aconteceu em todas as aldeias – e eram desenvolvidos em paralelo ao momento anterior, e reunia diversos “especialistas” da aldeia em função do seu conhecimento.

O quarto momento foi executado em conjunto com os caciques e outras lideranças através da visitação das áreas de cultivo, moradia, pesca, e outras atividades desenvolvidas nas várias aldeias. Nessas caminhadas foram obtidas respostas não só sobre os processos econômicos, mas também sobre os políticos, sociais, esportivos e de administração de conflitos.

Esses momentos forneceram elementos para a elaboração de um mapa geral da TIBVMP a partir das representações dos Pataxó, que acabará por ter interessantes reflexos ao longo do estudo. Alguns desses mapas estão apresentados a seguir.

Fig. 2: Mapas da visão dos recursos naturais em algumas aldeia e o geral da TIBVMP (Fonte: ECI TIBVMP)





Um esboço preliminar do relatório e as conclusões da equipe foram apresentadas aos caciques e lideranças das quinze aldeias – reunião devolutiva. Esta reunião teve dois momentos distintos. No primeiro dia a equipe realizou a devolutiva de seu trabalho para o conjunto dos caciques e lideranças, quando discutiu o que foi aprendido com eles sobre seu modo de vida, suas representações sobre o território onde vivem e suas preocupações sobre o futuro. Foram apresentadas as representações individuais de cada aldeia, que somadas dão forma ao conjunto da Terra Indígena e teve-se a certeza de que não há impactos que afetem apenas a esta ou aquela aldeia, pois existe uma intensa rede de circularidade de bens, serviços e pessoas que cobre toda a TI. Ao discurso de “somos todos parentes” vieram se somar imagens que diziam “estamos sempre em contato”.

Sobre os impactos, as medidas mitigatórias e ações compensatórias

“O gasoduto vai favorecer a indústria do eucalipto, e ela vai afetar os rios e a biodiversidade” (índio de Pé do Monte)

“O gasoduto atravessa as nascentes do Rio Caraíva, os índios pescam e mariscam nesses rios” (índio de Pé do Monte)

“O gasoduto pode não prejudicar agente agora, mas ele vai ficar na Terra, e pode ter uma hora que esse trem pode pôr em risco nossos netos” (índio de Pé do Monte)

“O desmatamento na faixa dos 20 metros vai desabrigar muitos animais, cobra, tatu, minhocas, o que causa desequilíbrio ecológico, mortandade de espécies” (índio de Pé do Monte)

“O avião não cai todo dia, mas tem dia que cai. Isso aí é feito pela mão do homem, a qualquer tempo pode dar algum problema” (índio de Pé do Monte)

“Todos nós sabemos que as nascentes dos rios que usamos vêm de lá de cima, de lá da BR, e agora o gasoduto vai cortar elas, será que não vai acontecer nada?” (índio de Aldeia Nova)

“Qual é a garantia que não vai acontecer nada com as cabeceiras dos Rios? Tá vendo que pode ser que tenha risco, quem garante??? Precisamos deixar isso de acordo” (índio de Águas Belas)

“O problema não é a distância do gasoduto, o problema são as nascentes, porque todos esses córregos daqui debaixo nascem lá em cima, antes da BR” (índio de Craveiros)

“O Titanic afundou e quem se salvou foi porque tinha salva-vidas. Caso o gasoduto prejudique o nosso povo, qual será nosso salva-vidas???” (índio de Craveiros)

O estudo identificou dois níveis de impactos do gasoduto sobre a TIB-VMP e o povo Pataxó. O primeiro na ordem dos “impactos materiais”, pois aparecem no universo visível das relações sociais e podem ser descritos em termos concretos. O segundo situa-se na esfera dos “impactos simbólicos”, por estarem na ordem das representações pataxó sobre o gasoduto e sua instalação. De fato, este segundo nível pode ser tão ou mais violento que o primeiro. Por serem insidiosos, são mais complexos para mitigação e compensação,

pois necessita que o empreendedor aceite o universo do Outro, para em outro momento/lugar recompor a ordem simbólica que foi rompida.

Impactos Materiais

Os impactos materiais foram identificados como aqueles decorrentes da própria obra. Canteiro de apoio, movimentação de carga, equipamentos e pessoas em um universo cuja dinâmica é diversa. O número de trabalhadores de várias regiões do país não familiarizados com o pluralismo étnico da região poderia ser um vetor de indução de conflitos interétnicos. Esse grande contingente afeta a economia local, o uso tradicional da BR-101 como vetor de trocas econômicas com a sociedade nacional através da venda do artesanato pataxó na beira da estrada e a própria dinâmica social local.

A posição do gasoduto, afastado da BR 101 em sua margem Oeste implicava em acesso à obra por estradas vicinais, usadas pelos Pataxó, mesmo estando fora dos limites da TI. É região de nascente de inúmeros rios e córregos que penetram e irrigam a TI. A despeito dos novos limites identificados da TI Pataxó de Barra Velha coincidirem com a margem leste da BR-101, as reuniões nas aldeias de Trevo do Parque, Jitai e Guaxuma mostraram que os Pataxó utilizam, conhecem e mantêm relação com essa microbacia hidrográfica situada a oeste da rodovia como complemento da sua dieta alimentar com a pesca, por exemplo. Essa bacia apresenta características de intermitência, em função do regime de chuvas na região e alimenta a bacia do Rio Caraíva, que forma o limite Norte da TI.

Impactos Simbólicos

Como uma violência simbólica pode causar mais danos que a violência material, os impactos simbólicos não são menores que os impactos materiais. No caso do povo Pataxó, considerando a trajetória das agressões que sofreram ao longo de sua trajetória, é possível pensar que a violência simbólica pretérita é aquela que mais deixou marcas e é também a mais difícil de superar. Se a garra e a disposição de luta do povo Pataxó os credenciava para enfrentar os impactos provocados na dimensão material, as renovadas formas

através das quais a violência simbólica se manifesta não os credenciava a enfrentá-la da mesma forma.

Não se tratava de colocar desenvolvimento ou o progresso como um agressor do povo Pataxó ou da Terra Indígena de Barra Velha do Monte Pascoal. Não se tratava de indicar uma recusa a qualquer mudança no seu território ou em seu entorno. Mas tratava-se de registrar a forma pela qual este empreendimento em particular – o gasoduto – fora percebido pelo grupo vinculado a um lugar determinado – a Terra Indígena de Barra Velha do Monte Pascoal. Esse encontro dizia respeito à sua relação de alteridade com a sociedade nacional, onde se originou a iniciativa da obra e a quem se destinam os benefícios finais da operação, em um primeiro momento.

O reconhecimento desta dimensão dos impactos e a sua correspondente superação tinham, então, como objetivo primeiro incluir o povo Pataxó da Terra Indígena de Barra Velha do Monte Pascoal também como beneficiário do Gasoduto, em um ambiente de respeito mútuo, de “*bons vizinhos*” como tinha sido dito em várias reuniões.

O temor com relação à obra, expresso em vários momentos da pesquisa em campo, não devia ser buscado em uma dimensão psicológica, que associaria a cultura indígena e os índios a uma mentalidade pré-madura ou pré-racional. Poderia ser encontrado na diferença cultural recíproca que leva a sentir estranheza com relação à posição do Outro.

De fato não há entre o povo Pataxó – assim como em quase todas as outras culturas que não a ocidental contemporânea – a crença em “sistemas peritos”, ou seja, “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social” (Giddens, 1991, p. 35). A modernidade construiu uma fé na Ciência, que nos faz morar em edifícios de 25 andares sem pensar a cada vez que entramos no elevador que o prédio pode cair, pois introjetamos a ideia que os engenheiros calcularam certo a estrutura necessária. Pelo mesmo motivo andamos de avião, contamos com o carro para ir ao trabalho. Mesmo que prédios caíam, aviões também e nossos carros nos deixem na mão.

Nossa teoria social preconiza que os sistemas perito produzem um efeito de desencaixe espaço-tempo que fornecem “garantias de expectativas através de tempo-espaço distanciados” (Giddens, idem, p. 36). Alguém, em algum lugar, em algum tempo diz que o gasoduto é seguro. Quem não acreditar deve ser descredenciado, porque para pertencer ao grupo – sociedade ocidental – é necessário partilhar das mesmas crenças fundamentais.

No outro polo da relação temos um grupo que não se encontra “desencaixado” no espaço nem no tempo. O povo Pataxó da Terra Indígena de Barra Velha do Monte Pascoal está imbricado em sua trajetória espaço-temporal. O tempo é um tempo de “revivência”³, de reconstrução de tradições, língua, costumes. O lugar, não é qualquer lugar. É ali, no território indígena, hoje descrito legalmente como a Terra Indígena de Barra Velha do Monte Pascoal.

Um segundo impacto simbólico, sem dúvida associado ao primeiro, dizia respeito à dimensão da percepção e exteriorização do “risco ambiental” em uma “sociedade de risco” (Beck et al., 1997). Esses conceitos dizem respeito à busca pela inovação tecnológica com relações frouxas com garantias de previsibilidade com relação às consequências das decisões que são tomadas por esta sociedade. A previsão com relação às interferências e externalidades que processos de longo alcance e longa duração podem provocar minimizados em função de sistemas de monitoramento *pos-facto*.

O estudo indicava que cada momento vivido pelo povo Pataxó, cada passo, cada etapa a ser vencida em sua trajetória histórica contemporânea, era cuidadosamente estudada e avaliada segundo a lógica do grupo. No centro desta lógica estava a minimização de novos riscos, notadamente aqueles ligados ao ambiente natural – água, e terra. E o gasoduto poderia representar um risco tanto à terra e quanto à água, na percepção nativa.

Se tanto nos “sistemas perito” quanto na noção de “risco ambiental” o tempo que está implícito é um tempo instantâneo, do agora e resultante de uma ultra-aceleração do tempo e redução máxima do espaço (Harvey, 2003), o tempo vivido pelo povo Pataxó era um tempo que fluía lentamente. O “fogo

³ Este foi um termo usado por São, liderança da aldeia de Barra Velha, para identificar o movimento de busca por raízes e trajetórias. Superava, assim, o conceito de “resgate”, como se algo pudesse ser recuperado do passado sem estar vivo no presente.

de 1951” estava ainda presente na vida das pessoas. A Aldeia Mãe, construção das políticas de aldeamento do governo da Bahia da primeira metade do século XIX (Sampaio, 2000) era a referência constante que constrói a noção de parente, de mesmidade da comunidade pataxó (Bauman, 2003).

Foi nessa trajetória histórica – no tempo e no espaço – que o Gasoduto Cacimbas-Catu se inseriu na região e na vida do povo Pataxó da Terra Indígena de Barra Velha do Monte Pascoal. Se por um lado, sempre foi destacado a natureza negativa das relações do Estado com o passado do povo Pataxó, por outro, nos últimos anos novas relações com o Estado vinham se desenvolvendo sob um signo positivo. Estavam expressas nas ações de saúde da Fundação Nacional de Saúde (Funasa)⁴, no aumento da renda monetária que chegava às aldeias através o pagamento dos agentes de saúde, professores, brigadistas contra incêndio nativos, em conjunto com outros benefícios, como a aposentadoria rural, programa Bolsa Família, Bolsa Escola. Reproduziam-se nas relações com a FUNAI e com o ICMBio, na gestão das Terras Indígenas já homologadas⁵ e no Parque Nacional do Monte Pascoal. Apareciam também em iniciativas de projetos oriundos de outros órgãos de governo, como o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e agências internacional como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

Por outro lado, os Pataxó ressentiam a entrada de novos atores na região, como as indústrias de celulose, com base no Eucalipto, e do turismo de alta renda. Esse ressentimento podia ser identificado em dois planos. No plano dos espaços naturais era evidente as interações negativas do plantio do Eucalipto e do uso de veneno a ele associado, com a redução de nascentes nas áreas indígenas próximas, a redução de animais e plantas nativas. Em outro cenário, ao longo do litoral, aumentava a exclusão dos nativos de seus lugares tradicionais de moradia, em função da construção de *resorts* de luxo e outros empreendimentos turísticos ou de lazer.

⁴ Aqui uso a terminologia da época. A partir de 2012 a saúde indígena está a cargo da Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI.

⁵ Falo das Terras Indígenas de Barra Velha, Corumbauzinho e Águas Belas, todas, entretanto pendentes de regularização fundiária.

No plano das relações das indústrias de celulose com o povo Pataxó, a distância se manifestava tanto no isolamento comunicacional que os empreendedores promovem quanto à possibilidade de protagonismo do grupo nas relações recíprocas. A relação quando se dava, seguia as linhas mestras do “projetismo” (Pareschi, 2002), que se revelava como uma armadilha que não solta a presa, e quando a liberava, era por não ter mais serventia. Era, e ainda é, uma armadilha nefasta.

Mesmo se sabendo que a indústria de celulose era independente do Gasoduto e sua presença na região autônoma, o empreendimento do GASCAC acabou por ser, inicialmente, posicionado no mesmo lugar, quando se anunciava que a única estação de distribuição de gás natural na região seria em Mucuri, exatamente o polo das indústrias de celulose no extremo sul baiano. Nessa associação a Petrobras aparecia como o principal “parceiro” para o futuro da indústria de celulose e, conseqüentemente, para o fomento ao plantio do eucalipto. Mesmo que se apresentasse o gás natural como menos poluente, mais seguro e adequado ao Meio Ambiente. Estas “vantagens” desapareciam em uma sinergia negativa com o plantio do eucalipto, um dos grandes inimigos do ambiente natural da reprodução cultural do povo Pataxó da Terra Indígena de Barra Velha do Monte Pascoal.

Não se tratava de negar o desenvolvimento, mas de torná-lo mais adequado às emoções, aos sentimentos, às múltiplas realidades culturais da região e, por que não dizer, aos corpos (Santos, 2001). Assim, definido que o empreendimento impactava a TI e o povo Pataxó, foram estabelecidas linhas de ação para as medidas mitigatórias e compensatórias.

Medidas Mitigatórias e Compensatórias

A negociação quanto às medidas mitigatórias foi facilitada pelo contexto da evolução da própria obra. A frente de obras chegava à região e o ECI não tinha um sinal de finalização concreto. Na reunião devolutiva sobre os impactos acertou-se um conjunto de medidas e contrapartidas que atendeu aos interesses dos dois lados. De um lado, o empreendedor apoiaria medidas mitigatórias imediatamente e sinalizaria na direção positiva de um Plano de De-

envolvimento para a TIBVMP. De outro, os Pataxó sinalizariam à FUNAI sua concordância quanto ao início das obras no trecho.

Duas medidas mitigatórias foram, então, acordadas: a elaboração e distribuição entre todos os atores envolvidos com a obra de um Código de Conduta especial, levando-se em conta as particularidades da presença Pataxó nos núcleos urbanos e ao longo da rodovia BR-101. Esse Código de Conduta foi elaborado pelo empreendedor em conjunto com caciques e lideranças Pataxó.

A segunda medida foi a criação de um Grupo de Acompanhamento Pataxó (GAP). Essa medida teve por objetivo propiciar um encontro entre os dois saberes que enunciavam fatos sobre a área da obra: os engenheiros, atestando a boa técnica empregada para a colocação dos dutos e transposição de elementos geográficos naturais – rios, alagados, rodovias – e proteção contra vazamentos e acidentes. De outro, o saber naturalístico dos Pataxó, que relatavam diferentes paisagens – secas e alagados - e vazões ao longo do ano.

O resultado esperado era uma fusão de horizontes entre dois “sistemas perito” – um “desencaixado” e outro fruto do saber local – que representasse um novo significado aos dois iniciais: uma obra que prescindiria de outros saberes além da engenharia e da ciência da conservação e uma interferência no espaço natural que viria ao longo do tempo trazer problemas ao povo Pataxó.

O GAP foi formado por 10 representantes das aldeias próximas ao empreendimento que acompanhou em três jornadas mensais, durante seis meses a evolução da obra ao longo do trecho. O empreendedor forneceu todo o apoio logístico ao Grupo e retribuiu a atividade com diárias de R\$ 100,00 por dia de trabalho. Ao final dos onze meses de atividades, uma reunião entre a equipe do GAP e os representantes do empreendedor destacou, para ambas as partes, o resultado positivo da atividade.

Em paralelo à execução da obra, foi construído o Plano de Desenvolvimento Sustentado Etnoecológico (PDSE) da TIBVMP. A construção do PDSE deve ser entendida como um exercício coletivo de pensar o futuro da Terra Indígena de Barra Velha do Monte Pascoal articulado com as possibilidades de melhoria das condições de vida do povo Pataxó e da segurança de seu Território. O primeiro compromisso deveria ser do próprio povo Pataxó com

os objetivos que viessem a traçar. Esses objetivos estariam alinhados a linhas de ação que foram identificadas e acordadas com os caciques e lideranças previamente: Ações sobre o Meio Ambiente; Ações sobre Aspectos Econômicos; Valorização da Cultura Pataxó; Interlocação com a Modernidade;

Linhas de ação sobre o meio ambiente

Nessa linha de ação foram discutidas e avaliadas a oportunidade da recomposição de áreas de Mata Atlântica nativa destruídas por incêndios e outras áreas degradadas, tanto como um elemento de preservação do ambiente natural quanto como um elemento de segurança de algumas aldeias como Campo do Boi.

Ainda na linha da recomposição da mata nativa, posso dar especial atenção à recomposição de mata ciliar ao longo dos córregos e rios que cortam a TI desde suas nascentes e ao longo da Terra Indígena de Barra Velha do Monte Pascoal, em continuidade a iniciativas que já foram realizadas para parte da bacia do Rio Caraíva.

Em complemento a essas ações houve debate acerca de iniciativas que visavam o incremento de áreas de plantas nativas que poderiam ser utilizadas para o artesanato Pataxó, tanto na direção de um manejo florestal sustentável quanto na introdução e/ou expansão de plantas fornecedores de insumos para o artesanato não madeireiro.”;

Linhas de ação sobre aspectos econômicos

Aqui foram discutidas as possibilidades e oportunidades de se buscar o incremento da produção de produtos de origem vegetal e animal em conformidade com o etnomapeamento e zoneamento agroextrativista em andamento à época.

Como foi expresso em várias reuniões por vários Pataxó – até mesmo em Coroa Vermelha, outra TI Pataxó – poderiam ser estudadas iniciativas que estivessem voltadas para um programa de substituição / manejo do artesanato de madeira. Como foi identificado, não existiam condições concretas de substituição da renda monetária advinda dessa atividade, a despeito dos pro-

blemas que ela causa não só ao ambiente natural como também às relações sociais nas aldeias.

O estudo apontou um conjunto de situações que sugeriam que se devesse investigar mais as possibilidades concretas de ações que visassem a produção local de insumos que são obtidos fora da TI para aumentar o “efeito renda”⁶ provocado pela circulação interna de produtos e mercadorias.

Foram enunciadas em mais de uma reunião o desejo pelo desenvolvimento de novas atividades econômicas que a serem desenvolvidas em sintonia com a perspectiva cultural Pataxó. Foram mencionadas atividades como o cultivo de peixes e mariscos; o incremento da produção de “bens de raiz”, no sentido de bens que representam a acumulação “capital”, como é o caso do gado bovino.

Linhas de Ação de valorização da cultura Pataxó

Uma vez identificados impactos potenciais na dimensão cultural do grupo, não se poderia deixar de discutir a possibilidade do estabelecimento de linhas de ação que tivessem como motivação o desenvolvimento de atividades de revivência/ resgate da cultura Pataxó, notadamente em relação aos Centros de Cultura e produção artística literária.

A partir da compreensão que não há cultura viva sem um território, e que a Terra Indígena representa esse território para o povo Pataxó de Barra Velha, trabalhou-se sobre o valor da cultura local que passa também pelo apoio às atividades de organização da Comunidade Pataxó da TI Barra Velha de Monte Pascoal. Esta dimensão organizativa estaria voltada para a gestão integrada do território, em um novo arranjo local e plural, tanto em sua dimensão política e quanto jurídica.

Linhas de Ação de interlocução com a contemporaneidade

Identificou-se a necessidade de estabelecer ações que tivessem por objetivo colocar o povo Pataxó em sintonia com a contemporaneidade, sem perder suas características particulares. Sabe-se que as culturas não são estáticas, são

⁶ Discuto este conceito em outro texto, mas resumidamente ele diz respeito ao efeito multiplicador da renda monetária em circuitos fechados.

dinâmicas. Operam em ciclos, algumas em ritmos acelerados, outras em mais lentos. Há uma, a nossa, que trabalha com um tempo cada vez mais acelerado, um tempo vertiginoso (Lobão, 2008). O maior desafio é o de garantir a agência local como vetor de mudança e não o modelo da mudança social dirigida.

Nesse sentido, pensou-se que, para que o contato interétnico pudesse redundar em uma verdadeira comunidade de argumentação, seria necessário atuar na direção da implantação de programas de formação política / jurídica / econômica, que poderiam ter início com atividades que discutissem os potenciais, as dificuldades e os significados do associativismo, bem como de inclusão digital, em paralelo aos programas de educação formal e indígena.

Mosaico de Possíveis Ações Compensatórias da etapa de implantação do GASCAC na Região da Terra Indígena de Barra Velha do Monte Pascoal – BA

Para a definição do PDSE foi construído, em reuniões nas quinze aldeias da TIBVMP, um conjunto de demandas que foi denominada de Mosaico de Demandas, que representava o desejo coletivo, ou em alguns casos individual, por bens e serviços que variavam desde camisas para times de futebol a um aeroporto para facilitar a chegada de turistas estrangeiros. Essas demandas foram distribuídas nas quatro linhas de intervenção descritas. Nessa distribuição, algumas demandas foram enquadradas, quando cabia, em grupos que permitiram sua junção com outras semelhantes identificadas pelos Pataxó de outras aldeias, como, por exemplo, aquelas ligadas à pesca, agricultura, “bens de raiz”, capacitação, etc. e compuseram o Mosaico Preliminar apresentado aos Pataxó como resultado preliminar da primeira fase da segunda etapa do estudo, conforme o Termo de Referência da Funai.

Algumas demandas foram classificadas em um grupo de demandas que não seriam passíveis de apoio institucional, seja pelo empreendedor, seja por outras instituições. Por exemplo, “construções de *kijemes* à beira da BR-101 para venda de artesanato” são iniciativas que não teriam amparo legal e ficariam de fora do PDSE/TIBV.

O Mosaico permitiu visualizar que o povo Pataxó da TIBV possui uma visão de futuro bastante ampla, que expressa seu anseio por um desenvolvi-

mento que, além de ser sustentável, mantenha as características de sua cultura e sinalize de forma evidente um modelo de atuação dos poderes públicos e da sociedade nacional na direção da concretização dos direitos consagrados na Constituição Federal de 1988.

Para a elaboração do PDSE/TIBV as demandas foram redistribuídas em categorias indicativas de possíveis fontes de apoio à sua concretização, como as prefeituras, governo do Estado da Bahia, Governo Federal e seus diversos órgãos e programas de apoio ao desenvolvimento sustentável com vistas também à concretização de direitos fundamentais e específicos dos grupos indígenas (educação, saúde, cultura especialmente). As demandas passíveis de concretização foram priorizadas, em conjunto com os representantes das aldeias Pataxó, com indicação daquelas que seriam apresentadas à GASENE/PETROBRAS, em conformidade com a responsabilidade do empreendedor com as ações de mitigação e compensação.

O processo de estabelecimento de prioridades deu-se através de uma reunião com representantes de todas as aldeias no Centro Cultural da Aldeia Trevo do Parque, onde se acordou o uso de uma pontuação para cada demanda em três níveis: integração, permanência dos resultados e prioridade. A pontuação variava de 1 a 5 e foi estabelecida com a seguinte escala:

Quesito Integração/Consolidação da TIBV

1. Demandas que envolvem apenas uma aldeia
2. Demandas que envolvem potencialmente de duas a quatro aldeias
3. Demandas que envolvem potencialmente de cinco a sete aldeias
4. Demandas que envolvem potencialmente mais de oito aldeias
5. Demandas que envolvem potencialmente todas as aldeias

Quesito Permanência dos Resultados

1. Demandas que se esgotam com seu atendimento (gasolina, horas de trator, técnico agrícola)
2. Demandas que não se tem avaliação de seu potencial de resiliência (píer)
3. Demandas que tem alto potencial de resiliência (rolos arame farpado)

4. Demandas que tem médio potencial de resiliência (cascalhamento de estradas)

5. Demandas que tem baixo potencial de resiliência (reforço à pesca, aquicultura, substituição de insumos para artesanato bens de raiz)

Quesito Prioridade: 1 (menor) a 5 (maior)

O quadro a seguir apresenta uma amostra do Mosaico ordenado e que deu origem ao PDSE:

Fig3: Planilha de Trabalho do Mosaico, que deu origem ao PDSE

Nº	Demanda	Pontuação proposta			Pontuação final	Esferas/organizações onde se pode buscar apoio				
		Integração	Transformação	Prioridade		Gov. Fed	Gov. Est.	Gov. Mun.	Gascac	Outra
Intervenções sobre o meio ambiente										
1	Semente para produção de mudas de madeira de lei: Pau Brasil, Jacarandá, Arruda, Parajú, etc.	5	5	5	15	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>
2	Recuperação e proteção das matas ciliares e nascentes das bacias hidrográficas da TI	4	5	5	14	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>
3	Programa de avaliação e monitoramento das bacias hidrográficas da TI	3	5	5	13	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>
4	Viveiros de mudas nativas para reflorestamento e recuperação de matas ciliares	2	5	5	12	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>
5	Programa de capacitação para a proteção e recuperação do Meio Ambiente	1	5	5	11	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>
6	Viveiros de mudas para a produção de sementes para o artesanato	1	5	5	11	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>
7	Recuperação das áreas degradadas pelo plantio de eucalipto, ação de fazendeiros e incêndios	1	5	5	11	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>			<input checked="" type="checkbox"/>
8	Apoio a infraestrutura das Brigadas de Incêndio	2	4	1	7	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>			
9	Veículo para fiscalização, apoio as Brigadas de Incêndio e às atividades de reflorestamento	2	3	1	6	<input checked="" type="checkbox"/>				
10	Programa de Educação Ambiental do uso da água	1	3	1	5	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>			<input checked="" type="checkbox"/>
11	Programa de Educação Ambiental de rejeitos sólidos - lixo / compostagem etc.	1	3	1	5	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>

Sobre os sistemas de significação do espaço

Apresentamos a seguir quatro sistemas de significação sobre o espaço estudado. Deve ficar claro que há um quinto sistema, correspondente aos proprietários privados de alguns espaços identificados como de posse tradicional do povo pataxó. Entretanto, para efeito do estudo etnoambiental esse sis-

tema não foi incluído, pois trabalhamos a partir da definição da FUNAI com relação á revisão dos limites da TIBV.

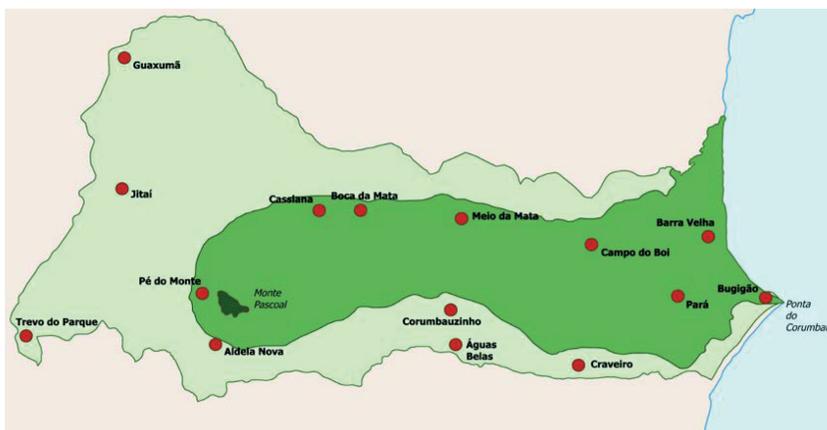
A primeira significação diz respeito, então, ao território indígena reivindicado pelo Povo Pataxó, não só as terras homologadas, como a TIBV, bem como a TI Corumbauzinho, TI Águas Belas e a revisão desses limites em terras descontínuas. Este sistema de significação está vinculado às “terras tradicionalmente ocupadas pelos índios” que nos fala a Constituição Federal de 1988.

Figura 4: Terras Tradicionalmente Ocupadas pelo Povo Pataxó no entorno do Monte Pascoal/BA



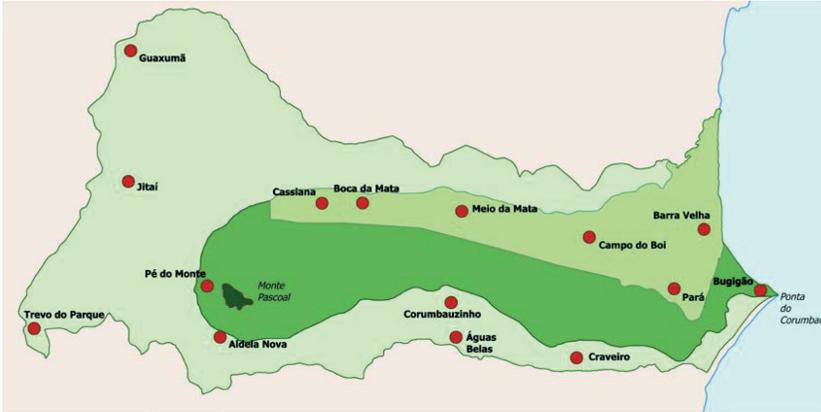
O segundo sistema de significação é o da proteção ambiental, também prevista na CF 1988, que está presente na região através da dupla afetação de parte deste espaço como o Parque Nacional do Monte Pascoal, criado em 1961. A preservação da Mata Atlântica remanescente na região compõe um mosaico constituído por 3 Parques Nacionais (Monte Pascoal, Descobrimento, Pau Brasil), uma Área de Proteção Ambiental Estadual (APA Caraíva-Trancoso). No litoral da região temos uma unidade de proteção de uso sustentável, a Reserva Extrativista Marinha do Corumbau e uma unidade de proteção integral, o Parque Marinho de Abrolhos. Na região em discussão, esse sistema de significação se superpõe ao anterior conforme o esquema a seguir:

Figura 5: Afetação ambiental pelo Parque Nacional do Monte Pascoal /BA



O terceiro sistema de significação diz respeito ao modelo de “reservas indígenas” existentes anterior à Constituição de 1988. Inspirado nos aldeamentos, dos períodos colonial e colonizador, praticados até então, representa uma concessão dos Governos do passado frente aos direitos indígenas de hoje. Em 1980 foi assinado um termo preliminar de acordo entre a Funai e o IBDF com a participação da Comunidade Indígena Pataxó de Barra Velha, destinando 8.627 ha de área do PNMP para os Pataxó. A terra indígena foi demarcada em 1981 e declarada de posse permanente do grupo indígena Pataxó por meio da Portaria 1.393, de 01 de Setembro de 1982. Assim, a área destacada do PNMP nunca foi excluída do Decreto de criação do Parque, ou seja, caracterizou-se uma dupla afetação da área criando uma sobreposição de TI com uma Unidade de Conservação (UC). A figura que segue procura apresentar essa significação.

Figura 6: Dupla Afetação TI Barra Velha e Parque Nacional do Monte Pascoal



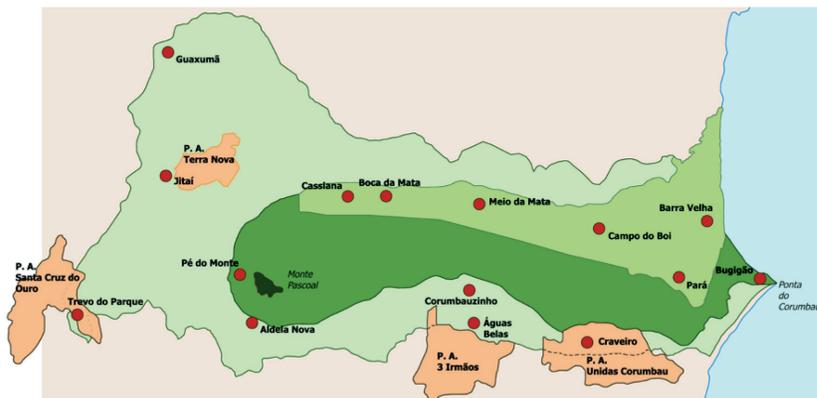
O quarto sistema de significação corresponde aos Projetos de Assentamentos (PA) promovidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em diversos momentos do passado recente, em espaços que correspondem hoje às aldeias de Corumbauzinho (PA 3 Irmãos) e Águas Belas (PA Santa Luzia), cuja reafetação como Terra Indígena já ocorrera. Já as aldeias de Craveiros (PA Reunidas Corumbau), Trevo do Parque (PA Santa Cruz do Ouro) e Jitai (PA Terra Nova) aguardavam a revisão dos limites da TIBVMP para sua nova afetação legal.

A trajetória dessa significação, como das outras, não foi pacífica. Vários relatos locais sugerem que em alguns casos, índios e acampados do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra promoveram várias ocupações em conjunto, com movimentações de refluxo e negociações defasadas no tempo tanto de um lado, como de outro (Lobão, 2004). O resultado é que em aldeias como Corumbauzinho e Águas Belas o que se vê é uma paisagem totalmente transformada pela atividade agropecuária.

O conflito resultante dessas significações preenche todas as características para o enquadramento como um “conflito intratável”: envolve disputas de longa duração ou refratárias a uma resolução. É um conflito que apresenta as-

pectos múltiplos, tais como, divisibilidade, intensidade, abrangência e complexidade. É um conflito de longa duração, cujo passado é extenso, o presente turbulento e seu futuro obscuro (Putnam & Wondolleck, 2003, pp. 38-41).

Figura 7: Os Projetos de Assentamento do INCRA na TIBVM⁷



Ademais, tal como um tipo ideal de conflito intratável, este desenvolveu sua “inabilidade para a resolução” porque várias intervenções, tais como decretos, intervenções governamentais, iniciativas privadas, negociações e mediações muitas vezes resultaram em um impasse. Várias delas somente deram conta de partes do problema e conduziram a consequências inesperadas ou um aumento de intensidade do conflito. Por outro lado, acordos já celebrados não se sustentaram no tempo, seja porque outros participantes questionaram as decisões tomadas ou porque as partes se sentiram traídas. Por fim, teme-se que os custos de uma solução superem aqueles que são percebidos com a continuidade da disputa⁷.

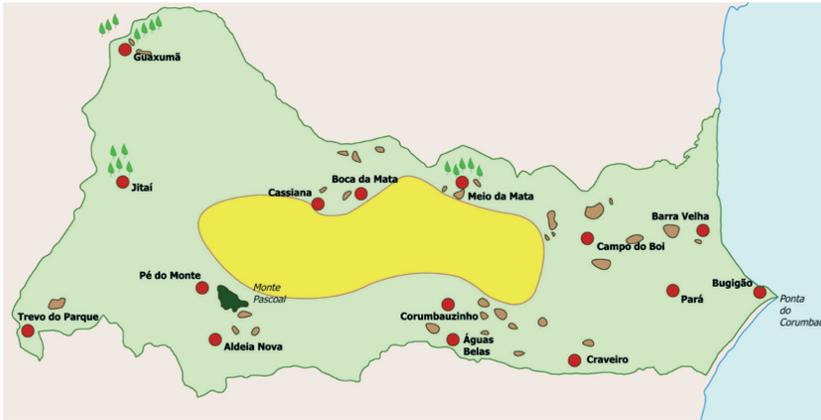
Um caminho para uma nova significação do espaço

O Estudo Etnoecológico produziu outra significação importante para o conflito. A reunião dos mapas mentais construídos nas aldeias sobre os re-

⁷ Ver Ronaldo Lobão (2010), especialmente o capítulo 4; Roy Lewicki & Barbara Gray (2003) e Linda Putnam & Julia Wondolleck (2003).

cursos naturais no interior da TIBV mostrou claramente que o povo Pataxó também tem uma significação sobre uma área ambientalmente protegida, onde não deve haver corte de madeira, plantação, criação de gado, moradia, que chamam de “Mata”. A figura a seguir ilustra esta significação:

Figura 9: Mapa consolidado das representações pataxó sobre os usos e os espaços no interior da TIBV



Se aplicarmos o “paradigma” do acórdão da TIRSS, da condicionante IX e de uma “arbitragem” na CCAF teremos uma situação ilegal e inconstitucional: no interior de uma unidade de proteção integral teremos pessoas morando, construindo casas, plantando, criando gado, etc. Teremos um aumento da “população” que viverá no interior de uma UC de proteção integral. Entretanto, pela legislação ambiental, uma população tradicional só pode viver em um Parque por tempo determinado, o que contradiz o direito indígena consagrado na CF 1988.

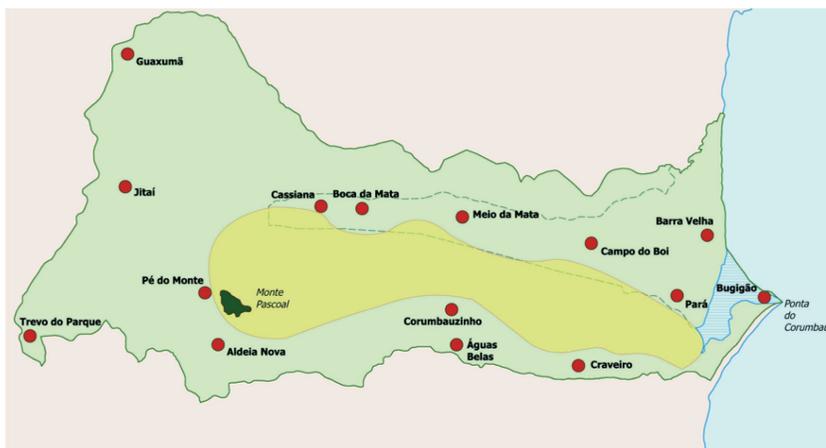
Chegamos, então, a pensar em uma nova significação que considerasse os novos limites da TIBV como “zona de amortecimento” do PNMP. Assim, no lugar de agressores da proteção ambiental, os índios poderiam ser os primeiros defensores. Aliás, como já são no caso das brigadas de incêndio. Do estudo que fizemos em 2010 surgiu no mapa geral, como somatório das áreas de “uso

tradicional” que as aldeias indicaram, uma grande área no interior da TIBVMP que poderia ser trabalhada pelos Pataxó como área de proteção ambiental.

Há o desejo do ICMBio e da sociedade nacional na proteção da Mata Atlântica e do Monte Pascoal? Há o desejo do povo Pataxó em proteger a Mata e o Monte Pascoal? A resposta é sim para as duas perguntas centrais! Considerando-se a maioria dos conflitos, usos e ocupações do espaço e posições institucionais, a existência de uma Unidade de Uso Sustentável – de responsabilidade do ICMBio na região – a Reserva Extrativista Marinha do Corumbau – RESEX - pode-se, então, chegar a uma proposta de ressignificação.

Trabalhou-se em várias instâncias na direção de um significado compartilhado que pudesse representar a melhor e mais responsável compensação etnoambiental que o Gasoduto Cacimbas Catu poderia empreender. Havia muito a definir, mas um caminho fora aberto. Bastariam sinalizações mais positivas da FUNAI, do ICMBio, do Governo Federal para poder ser trilhado pelo povo Pataxó em direção a seu Território Tradicionalmente Ocupado.

Figura 10: Mosaico Etnoecológico formado pela TIBV, PARNA Monte Pascoal, RESEX Corumbau conformando um Gradiente de Proteção Ambiental da Mata Atlântica



Breves Considerações Finais: uma representação não prevista...

Ainda no ano de 2014 este processo não teve um desfecho. Apesar de haver tentado identificar todos os significados em disputa sobre a revisão de limites da TIBVMP e a possibilidade de ressignificação do ECI a favor desta “demanda” maior, não identifiquei adequadamente outro enquadramento do cenário: aquele construído pelos técnicos da FUNAI, tanto na relação com os índios quanto com relação aos limites e alcance dos Estudos encomendados pela própria instituição.

De forma objetiva e incisiva, tanto o PDSE e o montante que o empreendedor aceitou alocar como *seed money* – um montante inicial para catalisar outros aportes de recursos para o desenvolvimento do programa – quanto o processo de ressignificação da revisão dos limites da TIBVMP foram absorvidos pela FUNAI, sob a alegação, que “é a FUNAI quem decide”. Se tal decisão tivesse favorecido o povo Pataxó eu não veria nenhum problema maior. Mas não foi isso que aconteceu...

REFERÊNCIAS

1. BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
2. BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASCH, Scott. **Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
3. GEERTZ, Clifford. **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
4. GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
5. HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2003.
6. LEWICKI, Roy; GRAY, Barbara. Introduction. In: Lewicki, Roy; GRAY, Barbara; ELLIOT, Michael. **Making Sense of Intractable Environmental Conflicts**. Washington: Island Press, 2003.

7. LAURIOLA, Vincenzo. De quem é o Monte Roraima? Terras Indígenas e Unidades de Conservação entre os dilemas da conservação na Amazônia Brasileira. In: Roberto Araújo, Philippe Lena. (Org.). **Alternativas de desenvolvimento sustentável e sociedades na Amazônia**. Belém: MPEG, 2007.
8. LOBÃO, Ronaldo. 2004. **Relatório do Componente Associativismo**: Projeto Resex Corumbau/BA - Fundo Nacional do Meio Ambiente, 2004.
9. _____. O Tempo Vertiginoso: impossível capturar na Lei? In: **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, n. 22, p. 171-189, 2008. Disponível em <http://www.jfrij.gov.br/Rev_SJRJ/num22/dossie_artigos/dossie_artigo_9.pdf>]
10. _____. **Cosmologias Políticas do Neocolonialismo**: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento. Niterói: EdUFF, 2010.
11. PARESCHI, A. C. C. **Desenvolvimento Sustentável e Pequenos Projetos**: entre o Projetismo, a Ideologia e as Dinâmicas Sociais. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. 2002.
12. PUTNAM, Linda; WONDOLLECK, Julia. Intractability: definitions, dimensions and distinctions. In: LEWICKI, Roy; GRAY, Barbara; ELLIOT, Michael. **Making Sense of Intractable Environmental Conflicts**. Washington: Island Press, 2003.
13. SAMPAIO, José Augusto. **Breve História da Presença Indígena no Extremo Sul Baiano e a Questão do Território Pataxó do Monte Pascoal**. Trabalho apresentado na XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Fórum de Pesquisa 3: “Conflitos Socioambientais e Unidades de Conservação”. 2000.
14. SANTOS, Boaventura Souza. Seis razões para pensar. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. 2001. n. 54. Disponível em: < www.scielo.org>
15. SOTTO-MAIOR, Leila. Relatório Circunstanciado de Revisão de Limites da Terra Indígena de Barra Velha do Monte Pascoal. Brasília: Funai. 2007.
16. TUAN, Yi-Fu. **Space and Place: the perspective of experience**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1977.
17. _____. **Topophilia: a study of environmental perception, attitudes and values**. New York: Columbia University Press (Morningside Edition). 1990.

Recebido em março de 2014

Aprovado em agosto de 2014